

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO - AQUISIÇÕES

Em atendimento à INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40, de 22 de maio de 2020, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

Estudo Técnico Preliminar (ETP) é o documento que integra a primeira fase de planejamento das contratações públicas e tem o objetivo de demonstrar a real necessidade da contratação; descreve as análises realizadas em termos de requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, dando base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico.

I - NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Constitui objeto deste documento a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro total e assistência 24 (vinte e quatro) horas para frota de veículos de propriedade da 2ª Superintendência Regional da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, situada em Bom Jesus da Lapa - Bahia e Escritórios de Representação. Justifica-se à preservação do patrimônio da empresa e também a segurança dos empregados que ali exercem suas funções.
- 1.2. Com a crescente demanda da sociedade pelos serviços executados pela CODEVASF-2ªSR, e pela grande necessidade de promover a mitigação da seca e seus efeitos no Oeste baiano, a CODEVASF vê a necessidade de possuir uma ampla frota de veículos, o que naturalmente enseja aspectos logísticos mais robustos para garantir o bom funcionamento e a eficiência dos serviços prestados em sua área de abrangência. A grande demanda por deslocamentos tanto na área urbana como rural visando o cumprimento das atividades laborais de seus empregados, naturalmente propõe uma infraestrutura adequada de meios de transporte que garanta a continuidade das atividades meio e fim e o seguro deles. Ressaltamos o aumento da área de abrangência da 2ªSR, que passou de 88 municípios para 212 municípios, conforme Lei Nº 14.053/2020 e Resolução da Diretoria Executiva da Codevasf Nº 108/2021.

II – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Dos Normativos que Disciplinam a Contratação

2.1.1. O procedimento obedecerá, integralmente, aos seguintes normativos:

- a) Lei nº 10.520/2002
- b) Lei nº 13.303/2016
- c) IN nº 40/2020
- d) Decreto nº 10.024/2019
- e) Decreto nº 7.892/2013.

2.2. A partir da contratação o seguro veicular, proporcionar condições de realização do trabalho aos empregados da 2ª Superintendência Regional da Codevasf.

Motivação da contratação:

- a) Benefícios diretos e indiretos que resultarão da contratação:
Com a contratação do seguro veicular, a 2ªSR proporcionará aos empregados, segurança para a execução do trabalho, visto que a área de abrangência da 2ªSR é muito extensa, são 212 municípios em todo estado da Bahia, conforme nova divisão político-administrativa,

aprovada pela Lei Nº 14053/2020 e Resolução Diretoria Executiva da Codevasf Nº 108/2021.

III - LEVANTAMENTO DE MERCADO

3.1. O levantamento de mercado consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de contratação, houve pesquisa de mercado no Painel de Preços, utilizando-se pregões já homologados por outros órgãos públicos, bem com cotações de empresas fornecedoras do serviço a ser licitado.

IV - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1 Consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro total e assistência 24 (vinte e quatro) horas para frota de veículos de propriedade da 2ª Superintendência – CODEVASF, situada em Bom Jesus da Lapa – Bahia.

V - DEFINIÇÃO DO MÉTODO PARA ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU DOS MEIOS DE PREVISÃO DE PREÇOS REFERENCIAIS.

5.1. A estimativa de preços foi realizada em conformidade com a Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020, dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

5.1.1 Assim, a pesquisa de preços deve ser realizada mediante os seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico: gov.br/paineldeprecos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

II –Aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III –Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

IV - Pesquisa direta com os fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

Assim, para fins de estimativa do preço de referência, buscou-se utilizar o Painel de Preços e pesquisa de preços, obtendo-se os seguintes resultados:

ENTIDADE	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE	VALOR GLOBAL
Porto Seguro - MÉDIA	R\$ 1.822,61	49	R\$ 89.308,00
Painel de preços - MÉDIA	R\$ 2.257,43	49	R\$ 110.614,07
PREÇO MÉDIO	R\$ 2.040,02	49	R\$ 99.960,98

5.2. Diante do exposto, o valor referencial para a contratação é de **R\$ 99.960,98 (noventa e nove mil, novecentos e sessenta reais e noventa e oito centavos)** constituindo o valor máximo para contratação.

VI - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

6.1. Não aplicável. Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade desta demanda.

VII - DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

7.1. A demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento é viável pela especificidade de atuação da **CODEVASF**, empresa pública federal, criada pela Lei nº 6.088/74, entidade integrante da Administração Pública Indireta (Decreto-lei nº200/67, art. 4º, I "b"), inscrita no CNPJ sob o nº 00.399.857/0001-26; que tem na área de abrangência 212 municípios, o que exige da empresa um seguro da frota de veículos capaz de proporcionar segurança aos empregados visando a execução das políticas públicas de desenvolvimento regional.

VIII - RESULTADOS PRETENDIDOS

8.1. O resultado pretendido é a segurança da frota de veículos da Codevasf-2ªSR para o desenvolvimento do trabalho da organização.

IX - PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

9.1 Dentre as providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, consta a indicação em TR dos fiscais que acompanharão todos os trâmites ao cumprimento da ordem de serviço – OS.

9.2 No processo administrativo pertinente à contratação do serviço constam todos os documentos cabíveis e necessários emitidos para o fiel cumprimento do objeto proposto, instrumento que irá nortear as ações competentes da fiscalização nomeada para tal.

XI - SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

11.1. O posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade desta contratação, se constata uma vez que o serviço a ser adquirido está disponível no mercado nacional, admitindo ampla possibilidade de concorrência entre fornecedores.

Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

XII - CLASSIFICAÇÃO NOS TERMOS DA LEI Nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011.

12.1. Não aplicável.

XIII - RISCOS DA GESTÃO CONTRATUAL

13.1. Risco Probabilidade: Descumprimento de cláusulas contratuais pela CONTRATADA - Média

13.1.1. Danos Potenciais: Desperdício de recurso público

13.1.2. Ação Preventiva Responsável: Limitação de fornecimento de continuidade

13.1.3. Ação de Contingência Responsável: Acompanhamento e verificação de qualidade dos bens fornecidos. - Fiscais de contrato, Aplicação de sanções previstas no contrato.

13.2. Atrasos do início da execução contratual – Média

13.2.1. Atrasos para início da execução do objeto da licitação: Acompanhar o prazo para início da entrega dos bens através do cronograma com datas previamente definidas no edital/contrato. Fiscais de contrato aplicar as sanções administrativas previstas no edital/contrato.

XIV - EXCEÇÕES À ELABORAÇÃO DOS ETP

14.1. Verificado atendimento ao artigo 8º da elaboração dos ETP, nas hipóteses dos incisos I, II, III, IV, VI e XV do art. 29 da Lei nº 13.303/2016. Não aplicável.

Bom Jesus da Lapa, 06 de abril de 2023.

Márcio Rossi Júnior

Analista de Desenvolvimento Regional